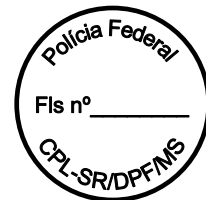




MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



PREGÃO PRESENCIAL nº 08/2012
PROCESSO SIAPRO Nº 08335.001059/2012-97

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto:

O presente Termo de Referência tem por objetivo regular a prestação de serviços referentes ao conserto da cancela automática instalada no portão lateral de acesso ao estacionamento do anexo administrativo da SR/DPF/MS, Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho – Campo Grande MS.

1.1. Descrição dos serviços:

1.1.1 Objetivando conservar a segurança orgânica da superintendência regional da polícia federal de mato grosso do sul, os serviços serão afetos ao conserto da cancela automática instalada no portão lateral de acesso ao estacionamento do anexo administrativo da SR/DPF/MS, consistindo em:

a) aquisição e instalação de sensor ira sistema antiesmagamento (sensor infravermelho ativo ira-315 digital jfl) de forma a evitar que veículo que trafegue sob a cancela não seja atingido pela mesma. o serviço será no portão de acesso aos anexos;

b) aquisição e substituição de cabeamento barreira ira (cabo cci 4x2 0,12mm dni) nas cancelas do portão do estacionamento principal da SR/DPF/MS;

c) revisão e reinstalação com elevação da automação deslizante(troca dos rolamentos (rolamento 6201 (1) e rolamento 6203 (2)), limpeza, lubrificação e engraxamento do motor, sapata para instalação), no portão de acesso aos anexos, que está apresentado ruídos altos ao ser acionado;

d) revisão geral em portões deslizantes(troca de roldanas e desempenamento e endireitamento de trilhos guias); inclui os portões do anexo e da entrada principal;

e) revisão e conserto automação deslizante – (troca da central de comando da automação (inclui substituição de central de comando garen smart gii), limpeza, lubrificação e engraxamento).

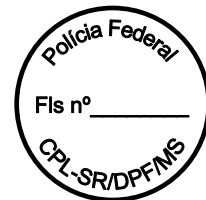
f) revisão geral em estrutura física de cerca energizada (troca de hastes quebradas e danificadas, em torno de 50(cinquenta), consertos dos pontos em que a fiação de aço está danificada e arrebatada, correção de enlace, colocação de placas de advertência em alumínio.)

g)- revisão e conserto em sistema de eletrificação de cerca (2 módulos eletrificadores xpress u sectra, 1 fonte de alimentação estabilizada 3,5ah hyonik, 1bateria selada 7,2 ah planet power, caboutp cat 5 furukawa, cabo cci 4x2 0,12mmdni)

1.1.2 Os serviços incluem o fornecimento de todo material e ou insumos necessários para o restabelecimento dos equipamentos ao perfeito estado de funcionamento, devendo a contratada considerar na apresentação de sua



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



proposta, além dos itens dispostos acima, quaisquer outros que eventualmente não foram contemplados na relação.

1.2. Valor estimado

1.2.1 Foram solicitados orçamentos às empresas Conmex Engenharia Ltda, Alerta-Sistemas de prevenção e monitoramento e Gradelar esquadrias metálicas Ltda, conforme quadro a seguir:

EMPRESAS CONSULTADAS				VALOR MÉDIO
ITEM	EMP1	EMP2	EMP3	Valor de referência
serviço	R\$ 3.600,00	R\$ 3.200,00	R\$ 3.400,00	R\$ 3.400,00
material	R\$ 1.400,00	R\$ 1.765,00	R\$ 1.395,00	R\$ 1.520,00
TOTAL	R\$ 5.000,00	R\$ 4.965,00	R\$ 4.795,00	R\$ 4.920,00

1.2.2 Será utilizado como referência o valor médio apurado das três propostas, a saber, **R\$ 3.400,00**(três mil e quatrocentos reais) para serviços e **R\$ 1.520,00**(um mil, quinhentos e vinte reais) para materiais, devendo o valor global do contrato ser limitado a **R\$ 4.920,00**(quatro mil, novecentos e vinte reais).

2. Legislação e normas a serem cumpridas:

A modalidade da licitação será o PREGÃO PRESENCIAL, que obedecerá às disposições da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e suas alterações e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

2.1. Local do serviço

- Superintendência Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul – SR/DPF/MS
Rua Fernando Luiz Fernandes, 322, Vila Sobrinho, Campo Grande MS

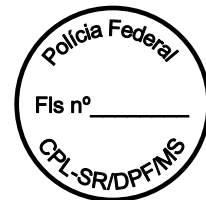
3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA

3.1.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 3.1.1. A CONTRATANTE obriga-se a proporcionar todas as facilidades e informações para que a CONTRATADA possa executar o serviço de acordo com as normas contratuais;
- 3.1.2. Repassar as informações necessárias ao cumprimento do contrato em tempo hábil,
- 3.1.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- 3.1.4.- Fiscalizar o presente contrato através do servidor formalmente designado pela administração;
- 3.1.5. Acompanhar o serviço efetuado pela CONTRATADA, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajustes ou suspensão do fornecimento;
- 3.1.6. As notificações, deverão ser formais e tempestivas.
- 3.1.7 Promover a publicação resumida do Contrato na Imprensa Oficial.

3.2.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.2.1. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidade, ou sub-contratações não autorizadas pelo contratante.
- 3.2.2. Prestar o serviço objeto deste contrato à Contratante, no prazo fixado, observando as orientações contidas no edital e seus anexos.
- 3.2.3. Garantir a qualidade do objeto licitado, arcando com eventuais consequências.
- 3.2.4. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 3.2.5. Responder por ônus decorrentes do transporte, embalagem, seguros, taxas e demais encargos inerentes à execução global do serviço objeto deste contrato.

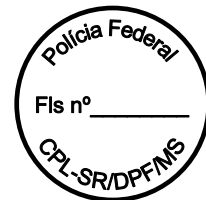
4. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Pregão, serão aplicadas multas em conformidade com os percentuais e nas hipóteses a seguir estabelecidas, as quais incidirão sobre o valor da obrigação assumida e não cumprida:

- 4.1.1 Advertência por escrito;
- 4.1.2 multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total estimado do Contrato, a ser aplicada à contratada quando der causa a qualquer infringência das cláusulas e obrigações deste instrumento, além das cominações previstas em lei, bem como recusa injusta da adjudicatária em assinar, aceitar ou retirar o contrato, dentro do prazo estabelecido;
- 4.1.3 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, fizer declaração falsa, garantido direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo da



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



aplicação das multas e de outras penalidades previstas no Edital, no Contrato e nas demais disposições legais.

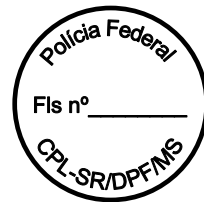
- 4.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 4.2 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação. O valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa da União e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
- 4.3 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.
- 4.4 - As sanções só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente, justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.
- 4.5 - Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 4.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e demais cominações legais.

5. DO RECEBIMENTO, DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 5.1. O pagamento integral será efetuado pelo NEOF/SR/DPF/MS, em moeda corrente nacional, mediante **Ordem Bancária**, e ocorrerá até o 30º (trigésimo) dia, contado do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura pelo setor responsável pelo pagamento, devidamente atestada pelo fical do contrato.
- 5.2. A Nota Fiscal/ Fatura deverá ser emitida pela própria contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/ Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aquelas de filiais ou da matriz. As Notas Fiscais deverão conter discriminação idêntica à contida na respectiva Nota de Empenho.
- 5.3. Antes da emissão da Nota de Empenho, será feita consulta “on line” ao SICAF, para verificação da regularidade da empresa.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL



- 5.4. Conforme **IN** conjunta **SRF/STN/SFC** nº 04, de 18 de agosto de 1997, serão retidos os percentuais referentes a tributos e contribuições federais, exceto no caso de pessoas jurídicas optantes pelo “**SIMPLES**”, e tributos municipais.

SELOG/SR/DPF/MS-LICITAÇÕES